

MEC quer detectar fraudes no Fundef

Segundo ministro, essa é a maior preocupação em relação ao Censo Escolar de 1999

ELIANE AZEVEDO

RIO – A maior preocupação do governo em relação ao Censo Escolar de 1999 é conseguir, até o fim do ano, fazer o cruzamento de dados e auditorias que detectem as fraudes cometidas, principalmente, por prefeituras do Nordeste, que declaram matrículas fantasmas para aumentar o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o problema vem ocorrendo desde o primeiro censo, realizado há três anos, mas tem diminuído porque os resultados estão sendo publicados no mesmo ano de realização do recenseamento.



Souza: "Há exagero de matrículas"

"Temos observado, em alguns casos, que há exagero nas matrículas", afirmou, ontem, antes de iniciar a aula magna de inauguração do curso superior do Instituto de Educação do Rio. O controle é feito a partir dos dados do Censo Demográfico e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), além das projeções do ministério.

As respostas do recenseamento deste ano, que está sendo aplicado

a 215 mil escolas em todo o País, começam a ser entregues amanhã, Dia Nacional do Censo Escolar, e o prazo vai até 30 de abril.

Autonomia – O ministro anunciou que, logo após a Semana Santa, pretende enviar aos reitores das universidades públicas e à Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) o projeto de lei sobre autonomia universitária. Otimista, Paulo Renato acha que pode enviar o projeto ao Congresso em abril, embora a Andes tenha apresentado restrições às propostas do governo.

Durante a aula magna, o ministro passou pelo constrangimento de ouvir o diretor do Instituto de Educação, William Campos, petista ligado à vice-governadora Benedita da Silva, declarar que não votou em Fernando Henrique Cardoso e, num tom inflamado, pregar a união de todos contra a privatização das universidades públicas. Paulo Renato deu o troco: diante do secretário estadual da Educação, Hésio Cordeiro, elogiou os resultados do Fundef, contra o qual o governador do Rio, Anthony Garotinho (PDT), entrou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).